



Informativo do sindPREVS

FENASPS



Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná

NOTÍCIAS EM DESTAQUE – 22/04/2014

ATENÇÃO - PLENÁRIA ESTADUAL DO SINDPREVS

Sábado, 26 de abril - 9 horas - Auditório do Hotel San Martim

Rua João Negrão, 169 - CURITIBA/PR

PAUTA:

1) INFORMES:

- Audiência no Ministério da Previdência;
- Audiência no Ministério da Saúde;
- Insalubridade;
- Mandado de Injunção

2) AVALIAÇÃO DE CONJUNTURA / PLANO DE LUTAS:

- Campanha Salarial 2014;
- Indicativo de Greve
- Dia Nacional de Luta – 15 de maio;

3) ASSUNTOS JURÍDICOS;

- GEAP/CAPEAÚDE;

4) ASSUNTOS GERAIS.

OBSERVAÇÃO: Orientamos a realização de Assembleias por Local de Trabalho para eleição de Delegados à Plenária, os quais deverão entrar em contato com o Sindicato para providenciarmos o traslado até Curitiba.

A herança pesada de Dilma

Administração de Dilma consegue bater recordes de déficits em várias áreas

Em apenas três anos, o governo acumula rombo de US\$ 188 bilhões nas contas externas.

Situação é preocupante, segundo analistas.

Não é apenas nas contas públicas que o governo vem tropeçando. Além de apresentar desempenhos fiscais cada vez piores, enquanto a economia desacelera e a inflação beira o teto da meta, de 6,5% ao ano, a gestão de Dilma Rousseff passou a colecionar resultados negativos em diversos indicadores importantes da economia. Um dos que mais chamam a atenção é o déficit em conta-corrente — saldo das trocas de mercadorias, serviços e rendas com outros países —, que mede, grosso modo, a capacidade de uma nação de honrar os compromissos com o resto do mundo. Dados do Banco Central revelam que, em três anos, o rombo nas transações correntes do governo Dilma soma US\$ 188 bilhões. O valor já supera os US\$ 186 bilhões registrados nos oito anos da administração de Fernando Henrique Cardoso e dos US\$ 98,2 bilhões do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Normalmente, os saldos negativos dessa conta são compensados pela entrada de capitais estrangeiros no país, seja os destinados a investimentos produtivos, seja aqueles que vêm para lucrar com as exorbitantes taxas de juros locais. No ano passado, no entanto, esses recursos não foram suficientes para cobrir o rombo nas transações de bens, serviços e rendas com o exterior, que rompeu a casa dos US\$ 80 bilhões. E, pela primeira vez desde 2000, o balanço de pagamentos — resultado final da contabilidade do país no confronto com o resto do mundo — ficou negativo em quase US\$ 6 bilhões. Esse resíduo acabou sendo coberto por saques nas reservas internacionais do país, lembram os especialistas.

Mesmo não sendo considerada crítica, a situação é preocupante, na avaliação dos analistas, e deixa uma herança pesada para o próximo governante — seja quem for o vencedor das próximas eleições. Se o país continuar no vermelho e houver um choque cambial, as reservas seriam queimadas com mais facilidade do que se espera, prejudicando a condição de solvência do país. “Uma das consequências futuras desses contínuos déficits para o brasileiro serão novas pressões inflacionárias. O Brasil já não

tem uma inflação em patamar confortável. A tendência pode ser de piora contínua para o custo de vida”, explica o economista Hugo Paixão, analista da DXI Consultoria e Planejamento Financeiro.

Pouca eficiência

A situação das transações correntes poderia ser melhor se o resultado da balança comercial, a diferença entre exportações e importações de mercadorias, não tivesse sido tão ruim no ano passado. O saldo de US\$ 2,5 bilhões não chegou a 10% dos quase US\$ 30 bilhões registrados no primeiro ano do governo Dilma. Pelas contas do especialista em negociações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Fabrizio Sardelli Panzani, se o saldo comercial tivesse se mantido no patamar de 2011, o déficit em conta-corrente teria sido de US\$ 64,3 bilhões, valor que poderia ser facilmente coberto pelo fluxo de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), que somou US\$ 63 bilhões.

Panzani diz que é difícil fazer comparações entre governos porque cada presidente enfrentou problemas externos distintos. No caso de Fernando Henrique, foram cinco crises internacionais durante os dois mandatos. Lula, por sua vez, atravessou apenas uma, em 2008, mas foi a pior desde 1929. Já Dilma teve diante de si o melhor momento entre os três presidentes, mas apresenta os piores resultados. “O país precisa de uma estratégia política de longo prazo para recuperar o crescimento das exportações, como promover a instalação de empresas produtivas no exterior e ampliar os acordos comerciais para inserir o país na cadeia de produção global”, afirma o diretor de desenvolvimento industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Abijaodi.

A baixa eficiência da economia se reflete em todos os setores. Somente nos serviços (conta que engloba itens como fretes, seguros, viagens, projetos de engenharia e aluguel de equipamentos), o rombo de US\$ 47,5 bilhões em 2013 foi 10 vezes maior que o de 2004. No caso da indústria, o déficit entre importações e exportações é gigantesco: alcança US\$ 105 bilhões e deve continuar crescendo, devido à falta de competitividade do setor.

“O país importa mais do que exporta porque a produção interna não é suficiente para atender a demanda doméstica”, explica o professor de economia e finanças Otto Nogami, do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), lembrando que, para cobrir o rombo, o governo estimula a vinda do capital estrangeiro com um dos juros mais altos do mundo.

Nogami lembra que esse quadro também é resultado da falta de competitividade do país em função de fatores, como a burocracia, o custo dos impostos e a infraestrutura precária, que encarece o produto nacional. Mas não é só isso. “A indústria não consegue ser competitiva porque existe um protecionismo em determinados setores que acaba contribuindo para a falta de investimento, principalmente em tecnologia, o que ajudaria o país a se inserir no processo produtivo global”, diz ele.

Tradicionais destinos dos produtos brasileiros, como a Argentina e nações africanas, estão reduzindo as compras de manufaturados nacionais. Por conta dessa perda de mercado, crescem as apostas de que o país terá déficit na balança comercial neste ano, o que não acontece desde 2000. As projeções iniciais de superavit de até US\$ 9 bilhões, já foram reduzidas para US\$ 3 bilhões e tendem a diminuir.

OMC já vê déficit

A Organização Mundial de Comércio (OMC) já contabilizou déficit de US\$ 8 bilhões na balança comercial brasileira em 2013. Conforme dados divulgados na semana passada, as exportações, de US\$ 242 bilhões, mantiveram o Brasil na 22ª posição do ranking global. As importações saltaram 7%, para US\$ 250 bilhões, levando o país da 22ª à 21ª colocação entre os maiores importadores. Diferentemente do governo, a OMC contabiliza as importações pelo valor CIF (que inclui frete e seguro), em vez do valor FOB (sem custos de embarque). (ROSANA HESSEL – CORREIO BRAZILIENSE)

O custo da lentidão do SUS

O lançamento preventivo, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da União para o exercício de 2014, de prováveis gastos adicionais de quase R\$ 4 bilhões com medicamentos e tratamentos médicos não listados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas reivindicados judicialmente por pacientes, é o reconhecimento prévio pelo governo de que será quase sempre derrotado na Justiça. Mas é, principalmente, a prova da lentidão com que é atualizada a lista de medicamentos e procedimentos médicos cobertos pelo sistema, pois as ações, em geral, referem-se ao fornecimento de remédios ou à cobertura de tratamentos correntes no País, mas ainda não incluídos na relação do SUS.

Como mostrou reportagem do jornal Valor (15/4), a LDO que balizou o Orçamento da União de 2014 incluiu no anexo "Riscos Fiscais" o valor de R\$ 3,93 bilhões para a cobertura de despesas decorrentes de sentenças judiciais determinando o fornecimento de remédios ou de tratamentos reclamados por cidadãos, mas que o SUS se recusava a oferecer.

A Advocacia-Geral da União (AGU) reconhece que é grande a possibilidade de o governo continuar sendo derrotado na Justiça. Em 2013, foram julgadas cerca de 18 mil ações contra a União, incluindo tratamento médico e fornecimento de remédios. “A maioria das decisões é desfavorável à União”, reconheceu o coordenador-geral de Direito Econômico, Social e Infraestrutura da Procuradoria-Geral da União (órgão da AGU), Lourenço Paiva Gabina.

Em 40% dos processos, os pacientes buscam medicamentos de última geração ainda não registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e, por isso, não incluídos na relação de medicamentos essenciais fornecidos pelo SUS. A derrota da União nesses processos é uma clara indicação de que tanto a Anvisa como o SUS estão atrasados no reconhecimento desses remédios. Em ações desse tipo, a União saiu vencedora somente nos casos em que conseguiu provar que a alternativa oferecida pelo SUS é tão eficiente quanto o medicamento ou procedimento solicitado pelo paciente na Justiça.

Em março de 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o SUS deve fornecer a pacientes de doenças graves que recorreram à Justiça remédios de alto custo ou tratamento médico não oferecidos pelo sistema. Em seu voto (aprovado pelo plenário), o relator do processo, ministro Gilmar Mendes, afirmou que "há a necessidade de revisão periódica dos protocolos existentes e de elaboração de novos protocolos". Por essa razão, segundo Mendes, "não se pode afirmar que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do SUS são inquestionáveis, o que permite sua contestação judicial".

O STF já reconheceu a repercussão geral de dois recursos, ainda não julgados, sobre o tema. O primeiro, na pauta desde 2007, trata da questão da obrigatoriedade do Estado de fornecer medicamentos de alto custo a portador de doença grave que não dispõe de recursos financeiros para comprá-los. O segundo se refere à obrigatoriedade de fornecimento de medicamentos não registrados na Anvisa. Ainda não há data para a decisão do STF. O relator dos dois recursos é o ministro Marco Aurélio Mello.

O que a prática tem demonstrado é que, necessitando - em muitos casos, com urgência - de medicamentos ou tratamentos mais modernos não reconhecidos nas relações da Anvisa e do SUS e sabendo que pelas vias normais não poderão dispor deles, muitos pacientes recorrem à Justiça, cuja decisão pode ser mais rápida. Ou seja, a lentidão dos órgãos que regulam e executam as ações públicas na área da saúde empurra muitos pacientes para a Justiça, o que, pelo histórico das decisões judiciais, força o governo a reservar parte do Orçamento para o cumprimento das sentenças. Isso eleva os custos de operação da Justiça, pois a sobrecarrega, e não evita que, afinal, o governo arque com os custos. "O Estado acaba gastando mais por culpa de sua própria ineficiência e morosidade", resumiu um advogado de pacientes que recorreram à Justiça para obter do SUS o remédio ou o tratamento de que necessitam. (O ESTADO DE S.PAULO)

Falta muita coisa no SUS

Faltam leitos, faltam profissionais de saúde, faltam medicamentos e insumos hospitalares, faltam equipamentos - e, quando há, podem estar obsoletos ou sem manutenção -, a estrutura física muitas vezes é inadequada e os recursos de tecnologia de informação são insuficientes. Estes são alguns dos "problemas graves, complexos e recorrentes" detectados por uma auditoria inédita do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a assistência hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Os brasileiros que precisaram recorrer aos serviços do SUS conhecem alguns desses problemas, mas o levantamento feito por auditores do TCU mostra com precisão numérica a real situação desses hospitais.

Em 2013, ano em que foi feito o levantamento, existiam 5.208 hospitais gerais e 417 prontos-socorros gerais ligados ao SUS. A pesquisa abrangeu 116 unidades (2% do total), distribuídas por todos os Estados e pelo Distrito Federal. Como a pesquisa foi concentrada nos hospitais maiores, o número de leitos da amostra (27.614) corresponde a 8,6% do total disponível no SUS (321.340 leitos).

A redução do número de leitos por habitante vem ocorrendo em boa parte do mundo. Esse fenômeno está sendo registrado também no SUS. Mas, ao contrário do que ocorre nos países industrializados, onde a redução não resulta em piora do atendimento da população, aqui ela torna piores os índices que já eram ruins.

Em 1995, o Brasil tinha, em média, 3,22 leitos hospitalares por 1.000 habitantes, mas em 2010 o índice tinha caído para 2,63. Também o índice médio dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vem caindo (de 5,4 em 2000 para 4,6 em 2010). Na OCDE, porém, a redução se deveu em parte ao avanço da tecnologia, que permitiu o aumento do número de procedimentos que não necessitam de internação.

A consequência mais óbvia da redução do número de leitos no Brasil é a superlotação de boa parte dos hospitais, especialmente do setor de emergências. Dirigentes de 64% dos hospitais avaliados pelo TCU informaram que há superlotação nas emergências. Pacientes atendidos ou internados em corredores, em macas, em cadeiras e em bancos não são cenas raras nesses hospitais.

A falta de articulação entre os programas públicos de saúde e a provável ineficácia de alguns deles acabam empurrando mais pacientes para a área de emergência, tornando mais grave o problema da superlotação. Com dificuldade de acesso aos serviços de atenção básica, que não cobrem todo o País, parte da população procura os serviços de emergência. Dirigentes de 58% dos hospitais informaram

que mais da metade dos pacientes atendidos na emergência apresenta problemas de baixa gravidade ou urgência.

Mais da metade dos estabelecimentos apresentou, em 2012, taxas de ocupação superiores a 85%, fato que se repetiu no primeiro semestre do ano passado. É um índice superior ao considerado desejável pelo Ministério da Saúde (de 80% a 85%), o que pode indicar superlotação. Das 116 instituições fiscalizadas, 94 (ou mais de 80%) não tinham o quadro profissional completo. A falta de pessoal resulta na não realização de procedimentos necessários, ou sua realização em padrões inferiores, e até no bloqueio de leitos, que já são escassos.

A falta de medicamentos e insumos foi apontada como problema por 25 hospitais avaliados. Mas não é improvável, segundo os auditores do TCU, que outros hospitais venham utilizando medidas paliativas, como a substituição de materiais por outros menos adequados para determinados procedimentos ou tratamentos.

Quanto a equipamentos, 89 hospitais careciam de algum aparelho. Por falta de equipamentos mínimos para seu [funcionamento](#), 251 leitos estavam bloqueados. Quanto à estrutura física, 85 hospitais disseram que é inadequada, por causa do mau estado de conservação, projeto arquitetônico ruim ou defasado e utilização de imóvel projetado para outras finalidades. Em plena era do computador, 11% dos hospitais visitados disseram não possuir sistema informatizado. (AGÊNCIA EATADO)

COLUNA DO MINO PEDROSA

Dedo na ferida

O ex-presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, colocou o dedo na ferida e novamente jogou a crise da Petrobras no colo da presidente Dilma Rousseff. Durante entrevista, Gabrielli declarou que a presidente não deveria fugir de suas responsabilidades, já que ela era a presidente do Conselho da estatal. Pelo visto, esta semana o presidente Lula mais uma vez terá de colocar panos quentes no fogo amigo, que lentamente vem consumindo o Partido dos Trabalhadores, escândalo atrás de escândalo.

Procura-se

Para piorar a crise no Partido dos Trabalhadores, há quem acredite que o diálogo entre a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula está em seus piores níveis. Lula e Dilma conversam muito, mas não se entendem e não existe ninguém capaz de mediar uma conversa mais calma. Com José Dirceu preso, caiu nos ombros do ex-ministro Márcio Thomas Bastos (foto) a tarefa de ser o interlocutor que toda a legenda espera. Conhecendo o temperamento dos dois, o ex-ministro quer passar longe do Planalto.

Tudo ou nada

O candidato ao Palácio do Planalto pelo PSC, pastor Everaldo, já disse claramente que é para o Planalto não esperar que ele desista da candidatura. Everaldo, durante reunião com correligionários, disse que vai para o tudo ou nada e espera abocanhar 5% do eleitorado no primeiro turno e de quebra eleger 40 deputados. Confiante, o pastor só vai declarar apoio num eventual segundo turno, só com a certeza de uma cadeira na Esplanada dos Ministérios. Falta combinar com o vice-presidente, Michel Temer, que sempre apoiou a legenda desde o tempo em que era presidente da Câmara dos Deputados.

Usando a rede

O exército virtual de fakes está pronto para a guerra. Em um seminário que terminou ontem, no chamado Camping Digital, em São Paulo, a juventude petista já sabe de cor e salteado que as redes sociais não podem ser ignoradas nas eleições de outubro. Portanto, a partir de hoje, falou mal de Lula e Dilma, a resposta será em tempo real. O clube que recebeu os jovens militantes petistas em São José dos Campos foi pequeno para abrigar os "guerreiros virtuais", que vão participar da guerra na rede.

O desafio

Na capital paulista, a má gestão de Fernando Haddad e as denúncias de supostos atos de corrupção quando Padilha era ministro da Saúde preocupam muito a cúpula do PT. E tudo está milimetricamente planejado para o ataque virtual aos inimigos da legenda. Nada de escrever em inglês, afinal a militância quer mesmo é estreitar os laços com o povão. Os petistas acreditam que os incentivos que o governo federal deu com os programas assistencialistas permitiram que a população tivesse um ganho real e toda casa hoje tem internet graças à bondade do Planalto.

Sigilo mensaleiro

Há quem aposte que houve chamadas e troca de mensagens entre os mensaleiros presos quando cumpriam pena no complexo penitenciário da Papuda e a alta cúpula petista. Também há quem acredite que por isso a promotora Márcia Milhomens Sirotheau Corrêa, do Ministério Público do Distrito Federal, tentou pedir a quebra do sigilo telefônico do Planalto. Agora, Márcia está sentindo na própria carne que mexeu num vespeiro. A promotora foi denunciada ao Conselho Nacional do Ministério Público pelo advogado-geral da União, Luiz Inácio Adams, que alegou que ela agiu de má-fé.

A pirâmide caiu

As redes sociais há bem pouco tempo estavam abarrotadas de pessoas protestando contra a ação da Justiça brasileira que proibiu o funcionamento da rede Telexfree, por ser uma pirâmide financeira. Vários integrantes da pirâmide chegaram até a organizar passeatas. Agora, a empresa entrou com um pedido de falência na Corte de Falências do estado de Nevada, nos Estados Unidos. De acordo com especialistas, o pedido foi feito justamente para livrar o patrimônio da empresa contra possíveis ações de credores. Pelo visto, muitos brasileiros precisarão contratar advogados se quiserem, ao menos, reaver um pouco do investimento.

Tema delicado

Como previsto por esta coluna, a frase do pré-candidato ao Palácio do Planalto, Eduardo Campos, em que indicava seu posicionamento sobre o aborto ganhou as redes sociais e cresceu como rastilho de pólvora. Campos ganhou a simpatia da igreja e ganhou também a ira dos mais radicais, incrustada principalmente nos partidos mais à esquerda. Os movimentos pela liberação do aborto pretendem deixar a web e partir para manifestações nas ruas.

Conversa no ninho

Hoje a executiva nacional do PSDB se reúne para tratar da antecipação do lançamento da chapa de Aécio Neves ao Palácio do Planalto. Também estará em pauta uma tentativa de costurar os acordos para a formação de palanques fortes para Aécio em várias regiões do Brasil. Há expectativa de que a executiva nacional tente costurar um acordo para que os tucanos da capital federal achem uma solução para as celeumas que vêm acontecendo no partido. (JORNAL DE BRASÍLIA)